

**Balço Patrimonial de Janeiro a Dezembro/2018**

Folha: 001

0103 APM DA EMEB VITAL BRASIL  
 RUA BRASIL, 748  
 RUDGE RAMOS - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

50.143.908/0001-22

Descrição	2018	2017
ATIVO	4.145,93 D	2.500,70 D
CIRCULANTE	4.145,93 D	2.500,70 D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.125,93 D	2.500,70 D
BANCOS C. MOVIMENTO -REC. C/RESTRIÇÃO -GOV MUNICIPAL	0,00 D	0,70 D
BANCO DO BRASIL S/A	0,00 D	0,70 D
BANCOS C. MOVIMENTO - REC. C/RESTRIÇÃO -GOV FEDERAL	0,00 D	16,30 D
BANCO SANTANDER (BRASIL) - PDDE BÁSICO	0,00 D	16,30 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS C/RESTRIÇÃO - GOV MUNICIPAL	368,63 D	0,00 D
BANCO DO BRASIL S/A - CADERNETA DE POUPANÇA	368,63 D	0,00 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - C/ RESTRIÇÃO -GOV FEDERAL	3.757,30 D	2.500,00 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BÁSICO - CAD POUPANÇA	76,91 D	2.500,00 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BASICO - F INVESTIMENTO	3.680,39 D	0,00 D
NUMERÁRIO EM TRANSITO	0,00 D	16,30 C
CHEQUES A COMPENSAR	0,00 D	16,30 C
CREDITOS	20,00 D	0,00 D
CREDITOS A RECEBER	20,00 D	0,00 D
OUTROS VALORES A RECEBER	20,00 D	0,00 D
MOBILIÁRIOS	0,00 D	1.277,70 D
APARELHOS DE RECREAÇÃO / ESPORTIVOS	0,00 D	537,30 D
EQUIPAMENTOS - (ELETRO / ELETRONICOS)	0,00 D	2.608,28 D
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	0,00 D	5.480,60 D
(-) BENS DOADOS AO MSBC E DE USO EXCLUSIVO	0,00 D	9.903,88 C
PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	4.145,93 C	2.500,70 C
CIRCULANTE	4.145,93 C	2.500,70 C
RECURSOS DE ENTIDADE PÚBLICA NACIONAL (1)	388,63 C	0,70 C
RECURSOS DO GOVERNO MUNICIPAL	388,63 C	0,70 C
ENTRADA DE RECURSOS - TERMO DE COLABORAÇÃO - SE	41.180,00 C	26.765,00 C
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRAS	545,17 C	187,13 C
(-) RECURSOS APLICADOS	41.337,24 D	26.951,43 D
RECURSO REPROGRAMADO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,70 C	0,00 D
RECURSOS DE ENTIDADE PUBLICA NACIONAL (2)	3.757,30 C	2.500,00 C
RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL - PDDE BÁSICO	3.757,30 C	2.500,00 C
ENTRADA DE RECURSOS	4.800,00 C	5.000,00 C
RECURSOS REPROGRAMADOS EXERCÍCIO ANTERIOR	2.500,00 C	2.665,95 C
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	98,52 C	129,60 C
(-) RECURSOS APLICADOS	3.641,22 D	5.295,55 D

\_\_\_\_\_  
**KEILA PORTO DOS SANTOS**  
 DIR. EXECUTIVO  
 C.P.F.: 347.367.088-08

\_\_\_\_\_  
**MARIA DE LOURDES ROCHA**  
 Contador  
 CRC Nº : 1SP215598/O-9

**Demonstração do Resultado do Período Encerrado de Janeiro a Dezembro/2018**

Folha: 001

0103 APM DA EMEB VITAL BRASIL  
 RUA BRASIL, 748  
 RUDGE RAMOS - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

50.143.908/0001-22

Descrição	2018	2017
RECEITAS	44.978,46 C	32.246,98 C
RECEITAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	44.978,46 C	32.246,98 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	41.337,24 C	26.951,43 C
GOVERNO MUNICIPAL	41.337,24 C	26.951,43 C
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC. EDUCAÇÃO	41.337,24 C	26.951,43 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	3.641,22 C	5.295,55 C
GOVERNO FEDERAL	3.641,22 C	5.295,55 C
PDDE BÁSICO	3.641,22 C	5.295,55 C
DESPESAS	44.978,46 D	32.246,98 D
DESPESAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	44.978,46 D	32.246,98 D
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL - GOV MUNICIPAL	41.337,24 D	26.951,43 D
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC EDUCAÇÃO	41.337,24 D	26.951,43 D
MATERIAIS DIVERSOS	9.691,07 D	3.438,71 D
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.846,28 D	451,00 D
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.500,00 D	2.700,00 D
ESTUDO DO MEIO (PASSEIOS)	1.505,00 D	420,00 D
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	4.032,00 D	3.600,00 D
CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	19.547,17 D	14.741,72 D
BENS E MAT PERM (DOADOS AO MSBC E USO EXCLUSIVO)	2.215,72 D	1.600,00 D
ATIVIDADE EDUCACIONAL - GOV FEDERAL	3.641,22 D	5.295,55 D
PDDE BASICO	3.641,22 D	5.295,55 D
MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS	1.266,22 D	2.687,27 D
BENS E MAT PERM (DOADOS AO MSBC E USO EXCLUSIVO)	2.375,00 D	2.608,28 D

Demonstração do Saldo Final	
Resultado do Período	
Superavit do período	0,00

**Demonstração do Resultado do Período Encerrado de Janeiro a Dezembro/2018**

Folha: 002

0103 APM DA EMEB VITAL BRASIL

50.143.908/0001-22

RUA BRASIL, 748

RUDGE RAMOS - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

Descrição	2018	2017
<hr/> <b>KEILA PORTO DOS SANTOS</b> DIR. EXECUTIVO C.P.F.: 347.367.088-08	<hr/> <b>MARIA DE LOURDES ROCHA</b> Contador CRC Nº : 1SP215598/O-9	

ROCHA CONTABILIDADE

**Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Exercício Findo em 31/12/2018**

<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Recursos Recebidos</b>		
(+) Entidades Governamentais (com restrição)	45.980,00	31.765,00
(+) Entidades Privadas	0,00	0,00
(+) Doações e Contribuições Voluntárias	0,00	0,00
(+) Próprias	0,00	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	643,69	316,73
(+) Outros	0,00	0,00
<b>Pagamentos Realizados</b>		
(-) Aquisição de Bens e Serviços (com restrição)	-44.978,46	-32.246,98
(-) Aquisição de Bens e Serviços (sem restrição)	0,00	0,00
(-) Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	0,00	0,00
(-) Outros Pagamentos	0,00	0,00
<b>(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>1.645,23</b>	<b>-165,25</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
(+) Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00	0,00
(-) Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00	0,00
<b>(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
(+) Recebimento de Empréstimos	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00	0,00
(-) Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Pagamento de Arrendamento Mercantil	0,00	0,00
<b>(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>1.645,23</b>	<b>-165,25</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período</b>	<b>2.500,70</b>	<b>2.665,95</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período</b>	<b>4.145,93</b>	<b>2.500,70</b>

\_\_\_\_\_  
Keila Porto dos Santos  
Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
Maria de Lourdes Rocha  
Contadora CRC 1SP215598/O-9

---

## **Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis**

### **Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em reais – R\$)**

---

#### **1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A **APM da Emeb Vital Brasil** é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação, de prazo indeterminado de duração, com objetivos sociais e educativos, sem fins econômicos, sem caráter político racial ou religioso.

São objetivos da Entidade, conforme artigo 3º do seu Estatuto:

- I – auxiliar a direção da escola na consecução de seus objetivos educacionais;
- II – representar, junto à direção do estabelecimento, as aspirações da comunidade, constituída de pais, alunos e professores;
- III – participar de comemorações cívicas, campanhas comunitárias, promoções de natureza cultural, esportiva e assistencial, e outras atividades em que se empenhe a escola, especialmente as relativas ao calendário cívico, cultural e religioso do Município, e ao Dia do Patrono;
- IV – realizar campanhas, em conjunto com a direção da Unidade Escolar, destinadas a melhorar as condições de funcionamento da escola;
- V – auxiliar os alunos carentes de recursos na aquisição de vestuário e de material didático;
- VI – colaborar com a Unidade Escolar no tocante à segurança, conservação do prédio, equipamentos, material didático e limpeza das instalações e dependências;
- VII – promover cursos, sessões de estudo, seminários, conferências e outras atividades tendentes a elevar o nível de eficiência operacional da escola;
- VIII – programar o uso da Unidade Escolar pela comunidade, nos fins de semana e período de férias, ampliando o seu conceito de casa de ensino para centro de atividades comunitárias;
- IX – acompanhar as atividades escolares, na qualidade de observadora e colaboradora, respeitados os regulamentos da Unidade de Ensino;
- X – premiar os alunos que se destacarem em torneios culturais, artísticos ou esportivos durante o ano letivo;
- XI – elaborar plano anual de atividades, integrado com o plano escolar, de modo a atingir os objetivos anteriores especificados.

Sua sede está localizada na cidade de São Bernardo do Campo, Rua Brasil, 748 – Rudge Ramos CEP 09721-225, no Estado de São Paulo.

#### **2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Associações sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das Associações sem finalidade de lucros.

#### **3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 - ITG 2000)**

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

#### 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. Conforme determina Cláusula 6ª do Termo de Colaboração firmado com o Município de São Bernardo do Campo e artigo 25 da Resolução CD/FNDE 10/2013, os ativos imobilizados foram doados ao Município de São Bernardo do Campo pelo custo de aquisição, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público cabendo a Entidade a responsabilidade pela sua guarda e conservação.
- d) Passivo Circulante e Não Circulante:** O passivo circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. A Entidade não realizou atividades que resultassem informações no passivo não circulante.
- e) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- f) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

#### 5 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor e reprogramado dos Recursos de Entidade Pública Nacional – Governo Municipal e Governo Federal, obrigações fiscais, tributárias.

#### 6 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS (Resolução CFC nº. 1.305/10 - NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de Termo de Colaboração e Convênio firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. O Termo de Colaboração e Convênio firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Municipal e Federal:

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2018	Governo Municipal	41.180,00	41.337,24
2018	Rendimentos de Aplicações Financeiras	545,17	
2018	Governo Federal – FNDE – PDDE	4.800,00	3.641,22
2018	Rendimentos de Aplicações Financeiras	98,52	

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2017	Governo Municipal	26.765,00	26.951,43
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	187,13	
2017	Governo Federal – FNDE – PDDE	5.000,00	5.295,55
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	129,60	

## **7 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)**

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o DIRETO.

São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2018.

---

Keila Porto dos Santos  
Diretor Executivo

---

Maria de Lourdes Rocha  
Contadora – CRC 1SP215598/O-9